



NOTAS SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE MUSÔNIO RUFO E EPICTETO

**Carlos Enéas Moraes Lins da Silva UFS – bolsista PIBIC/CNPq
Orientador: Aldo Dinucci**

RESUMO: Fruto de uma comunicação apresentada no Segundo Colóquio sobre Epicteto realizado na Universidade Federal Fluminense, o presente trabalho trata de contrapor Epicteto e Musônio, notando suas aproximações e distanciamentos quanto às suas opiniões políticas. Acabamos por afirmar que Epicteto não parece se preocupar muito com o bom governo, mas sim com a atitude adequada diante de um governo tirânico, ao passo que Musônio idealiza um bom governante.

PALAVRAS-CHAVE: Epicteto, Musônio Rufo, Estoicismo Imperial, Política.

ABSTRACT: This paper deals with Epictetus and Musônio, noting their approximations and distances regarding their political opinions, as a result of a paper presented at the Second Colloquium on Epictetus held at the Federal Fluminense University. We end up stating that Epictetus does not seem to care much about good government, but rather about the proper attitude towards a tyrannical government, while Musônio devises a good ruler.

KEYWORDS: Epictetus, Musônio Rufo, Imperial Stoicism, Politics.

O objetivo desta comunicação é apresentar parte dos resultados que estamos alcançando em nossa pesquisa acerca das reflexões políticas presentes na obra de Epicteto (55-135 d.C.) e Musônio Rufo (30-100 d.C.)¹, dois filósofos romanos da era imperial identificados como pupilo e mestre. Abordaremos a discussão do tirano e do mau governo, mas também a do bom governo e do bom governante. Percebemos que Musônio se debruça diretamente sobre a questão do bom governante, bem como sobre a questão das ações cidadãos e os caracteres da cidade em boas condições. Já Epicteto não parece se empenhar em descrever uma boa administração da cidade, mas se preocupa com o posicionamento que alguém deve ter frente à regência de um tirano para manter-se livre, virtuoso, feliz etc., numa palavra, para suportar a tirania adequadamente. Desse modo, um trata da questão do governo ideal e o outro parece não se preocupar muito com isso, mas os dois se aproximam ao considerar a tirania como algo suportável. Começaremos por mostrar a semelhança que envolve os dois para depois salientar o ponto em que se distanciam.

De forma mais geral, em Musônio, a liberdade e o agir bem, bem como a felicidade², dependem diretamente de reavaliar as coisas, considerá-las como elas são de fato, isto é, considerar algumas como boas ou más (sendo essas as que são nosso encargo) e outras inteiramente desprovidas de valor (as que não são nosso encargo). Agindo desse modo, a ação humana pode se tornar não constrangida, na medida em que alguém se debruce única e exclusivamente naquilo que é sua responsabilidade, não dependendo, assim, de nada além de si mesmo – é, portanto, livre. De Fato, Musônio nos diz no fragmento 38:

Das coisas, umas Deus pôs sob nosso controle; outras não. Sob nosso controle está a que é melhor e excelente, pela qual mesmo Deus é feliz: o uso das representações. Pois, tornando-se reto, este <confere> liberdade, serenidade, confiança, firmeza, bem como justiça, lei, prudência – a excelência com um todo. [...]

Entre as várias maneiras pelas as quais nos tornamos livres em relação às externalidades podemos convenientemente citar como exemplo a ação do corajoso. Dizemos comumente que o corajoso é aquele que não teme, porém para o estoico este conceito é mais específico. Se consideramos, segundo a regra já citada, que tudo que é externo não tem valor em si – de fato, tudo aquilo que o homem comum considera ser um mal ou que para ele se

¹ Para citar Epicteto usaremos apenas números indo-arábicos no formato livro-capítulo-sessão (ex.: 1.2.3); para Musônio usamos os números romanos antecidos da palavra “Diatribes” (ex.: Diatribes X).

² “Não estaremos, portanto, dispostos a suportar a dor para obter a completa felicidade? Pois não há outra razão para se tornar bom do que ser feliz e viver uma vida abençoada daí em diante” (Diatribes VII).

assemelha a um mal, na verdade não é, assim, a morte e a dor, por exemplo não devem ser consideradas males, mas algo sem valor, algo que não é encargo nosso. Desse modo, se desvencilhando de opiniões mal fundadas, o destemido tem sua ação desobstruída em relação ao medo³.

Podemos considerar as ações do tirano do mesmo modo, ou seja, como indiferentes. Assim, também condenações em que punições físicas são infringidas, ou mesmo o exílio, muito comum na época de Musônio e Epicteto, não são males. No fragmento preservado em Estobeu 3.40.9, capítulo 40, intitulado *Sobre o país estrangeiro*, Musônio oferece uma contundente reflexão acerca do tema do exílio, se esforçando por mostrar que este não é algo mal, não sendo somente suportável como, às vezes, útil ao aperfeiçoamento do caráter, sem oferecer nenhum dano a quem é exilado. Com efeito, o exílio não gera privações essenciais⁴, má reputação, falta de recursos (como dinheiro e posses), restrição à liberdade de fala (*parrhesia*). Ainda, em muitas ocasiões, traz oportunidade para aprimorar o caráter, na medida em que concede tempo ocioso, útil ao cuidado com questões importantes como estudo da filosofia e a prática da virtude, como também força alguns a deixar a vida luxuriosa e fácil, levando a uma vida mais saudável e austera.

Podemos notar que Musônio pretende que não só devemos suportar os desígnios do fado, como a dor⁵ e outras coisas que comumente tememos, mas também que aproveitemos a oportunidade para aperfeiçoar nosso caráter e façamos proveito da ocasião para adquirir coisas boas. Efetivamente, somos capazes de tornarmo-nos melhores tanto sofrendo dores tremendas, guerreando por motivos louváveis, como também sujeitando-se ávida e serenamente ao exílio.

Para tratar de Epicteto, sigo boa parte dos passos trilhados por Chester Starr no seu artigo *Epictetus and the Tyrant*.

Segundo Starr, Epicteto e Musônio compartilham muitas ideias. Quando se refere ao “esquema de pensamento epictetiano” (STARR, 1949, pp. 22), apresenta em alguma medida o que está expresso no capítulo 1 do *Encheiridion*, isto é, que existem coisas que são encargos

³ Exemplos disso se encontram nas Diatribes 3, 4, 6, 8 de Musônio.

⁴ É evidente que o exílio gera alguma privação objetiva (estará privado de uma certa cidade, por exemplo), e Musônio concorda com isso (referencia), mas, de fato, não gera nenhuma privação ao homem racional e nobre, na medida em que não o priva das coisas verdadeiramente boas e essenciais, que se distinguem daquelas que se considera boas e que no fundo são indiferentes.

⁵ Ex: “ninguém alcança isso [ajudar os amigos, a cidade, ser bom, justo e autocontrolado] sem a dor” (Diatribes VII).

nossos (*eph' hemin*) e outras que não são encargos nossos (*ouk eph' hemin*). As primeiras são tudo aquilo que é ação nossa, a exemplo dos juízos, impulsos, repulsas e desejos, em especial o uso das representações (*phantasiai*), coisas que são ou boas ou más; as segundas, por sua vez, são tudo aquilo não é ação nossa como o corpo, as posses, a vida e a morte etc. essas são indiferentes. Aquele que toma para si somente o que é seu encargo e rejeita o que não é, está em vias de encontrar a liberdade (*eleutheria*) e a felicidade (*eudaimonia*), uma vida segundo a natureza – conceitos muito próximos daqueles descritos no fragmento 38 de Musônio. Nós somos por natureza livres (1. 4. 18-21). De fato, Deus nos criou de maneira que nem mesmo ele seja capaz de restringir nossa liberdade (1. 6. 40) – nossa liberdade interna é então elevada ao mais alto grau. Desse modo, também as ações do tirano nada são para nós, são por natureza indiferentes, não devem nos afetar se nos debruçamos sob a nossa proposta moral de seguir aquilo que é encargo nosso, de fazer bom uso das nossas representações.

Apesar da semelhança, Starr reconhece que Epicteto se distingue de Musônio pela ênfase intensa na questão da liberdade “em Epicteto, a doutrina [da liberdade] aparece com maior intensidade que em qualquer outro estoico” (STARR, 1949, p. 23-24). Mas afirma que para o estoico “a liberdade é um conceito ético ao invés de político [...] Politicamente era uma coisa passiva” (STARR, 1949, p. 26) e propicia àquele que a tem em mente aceitar as coisas externas e a administração divina do destino. Para alcançar essa liberdade, Epicteto sugere o que Chester chama de “um programa de rigorosa limitação de esforços exclusivamente para o nosso propósito moral”, que resumidamente consiste em dedicar-se àquilo que é nosso encargo.

Em relação ao tirano, podemos perceber que o poder que César exerce é sempre indireto, isto é, não se concentra em sua própria figura, é sempre indiferente. Ora, o domínio que César exerce sobre os homens se dá pelas coisas que ele controla, coisas que amamos, odiamos ou tememos, por exemplo, prisão, exílio, tribunato, consulado. Assim, podemos dizer que a pressão que ele efetua vem por dois caminhos distintos: 1) pelas punições ou 2) pelas tentações da corte. Considerando que isto nos afeta apenas exteriormente, e que podemos em qualquer situação manter nossa liberdade interna, a resposta definitiva de Epicteto para lidar com o tirano é: “obedecer e servir o estado ao ar livre, mas manter sua liberdade interior de pensamento” (STARR, 1949, pp. 27); noutras palavras, a chave para não

sofrer sob o poder de César é concentrar-se em sua proposta moral, naquilo que é encargo seu.⁶

No entanto, a obediência ao tirano tem um limite claro, os nossos juízos, nossas opiniões. Ora, nem mesmo Deus é capaz de interferir nesse âmbito. Por conta disso, se nos debruçamos sob a nossa proposta moral, obedecemos o tirano em tudo que se refere às coisas externas, mas resguardamos nossas opiniões, na medida em que são inteiramente livres da sua atuação e então só nos submetemos às suas ordens “contanto que ele me não me ordene a fazer nada tolo ou inconveniente”, haja vista que em Epicteto há o ideal de uma vida moral e ética que proíbe “assentir a atos contrários aos seus padrões”⁷ (STARR, 1949, pp. 27). Segundo Starr, a atitude de manter o propósito moral do homem em situações extremas em que possa ir de encontro às ordens do tirano tem dois resultados: 1) o suicídio – ao qual Epicteto se opõe enquanto regra; 2) o verdadeiro martírio. Quanto ao verdadeiro martírio, Epicteto o prega de forma semelhante à dos padres cristãos: “não pregou sua possibilidade à multidão e dissuadiu seus estudantes de tomar posições teatrais para provocar os juízes [...] Não encorajou seus seguidores a seguir o martírio; então, caso viesse a acontecer,urgia que o suportassem firmemente”⁸ (STARR, 1949, p. 27).

No Fragmento encontrado em Estobeu 4. 7. 69 Cap. 7, Musônio revela a necessidade que o bom rei tem de estudar filosofia e prossegue no intuito de justificar essa afirmação postulando os caracteres do bom governante e o modo como a filosofia concorre para o florescimento dessas características, para enfim, alcançar a tese de que o bom rei é necessariamente filósofo e que o filósofo é uma pessoa capaz de governar (Diatrise VI, 30-35).

Assim, o bom rei deve ser 1) capaz de tratar bem as pessoas e mantê-las seguras, pelo que se torna indispensável o conhecimento do que é bom e mal, do que é útil e inútil, do que é salutar e danoso. Coisas sobre as quais o filósofo, por excelência, se debruça. Coisas que levam o homem à felicidade ou infelicidade e que conduzem a uma ação afortunada ou não. 2) Ele deve ser justo, pelo que deve conhecer coisas justas, que também é ocupação do

⁶ Em 1.2 temos os exemplos da atitude de Laterano diante da (provavelmente injusta) condenação de traição, durante o governo de Nero; e o exemplo de Agripino na ocasião em que recebe a notícia do seu exílio [ANEXOS 1 e 2].

⁷ Novamente, encontramos riquíssimos exemplos em 1.2, em especial o caso em que Helvídio Prisco enfrenta as ameaças de Vespasiano em defesa da sua liberdade de fala [ANEXO 3].

⁸ Por exemplo, “Se um filósofo fosse chamado para ser testemunha de Deus, i.e, para defender a liberdade de seu propósito moral perante o estado, então ‘vá você e testemunhe para Mim, pois você é digno de ser forjado por mim como uma testemunha’ (1. 29. 47). Outra passagem semelhante: 2. 1. 38-39” (STARR, 1949, p. 28). Sobre martírio: 2. 2. 20, 1. 29 e 3. 24

filósofo. 3) Deve ser autocontrolado para que governe apropriadamente e não de forma desleixada, e, novamente, é a filosofia que provê o conhecimento necessário para que alguém se torne autocontrolado. 4) Deve ser corajoso, deve saber que a dor e a morte não são males, sendo patente que este é o conhecimento que a filosofia é capaz de nos ensinar. 5) Deve ser capaz de prevalecer no discurso, isto é, deve ser versado em discussões para que não seja forçado a aceitar coisas falsas como verdadeiras (Diatrise VI, 30-40) – ora, é a filosofia que provê este tipo de conhecimento, uma vez que habilita a distinguir o verdadeiro do falso ao refutar o falso e confirmar o verdadeiro. Para enfim afirmar que: “(1) um bom rei é desde o início um filósofo por necessidade, e (2) o filósofo é de partida uma pessoa real [com capacidades para ser um bom governante]” (Diatrise IV), já que o estudo da filosofia supre de capacidades indispensáveis a alguém que almeje ser um bom governante. Desse modo, mesmo que o filósofo não tenha uma legião de súditos, mesmo que governe somente a si próprio, não deixaria de possuir as capacidades apropriadas ao bom comandante.

Ainda podemos citar outras características e atitudes socialmente interessantes, favoráveis ao bem do indivíduo em sociedade bem como para todo o corpo social. O cosmopolitismo, a metáfora de “cidadão da cidade de Zeus”, que consiste na indiferença perante lugares específicos, uma certa capacidade de *adaptação* (Diatrise IX). A defesa da *parrhesia*, a liberdade de fala, que decorre da coragem e que consiste em não temer as consequências de se falar o que pensa (Diatrise IX). A atitude de formação de famílias por meio do casamento, útil à perpetuação e florescimento da cidade (Diatrise XIV). A ação altruísta, isto é, agir para com o outro como se agisse para consigo mesmo (semelhança com as abelhas, e distância dos lobos – numa palavra, um sentimento comunitário) (Diatrise XIV). O desprezo à luxúria, que permite ajudar a cidade (Diatrise XX). O esforço em vencer a dor com vistas ao bem da cidade e de pessoas queridas (Diatrise VII). Seguir e respeitar a opinião dos legisladores (Diatribes II e XV).

Segundo Starr, Epicteto, ao contrário de Musônio, não se interessa muito em construir um projeto de governo⁹, mas sim em descrever o comportamento mais adequado frente à tirania. Por conta da influência de Domiciano, Epicteto formulou, a partir da filosofia estoica, um sistema de pensamento que cobria os problemas da vida num governo autocrático, mas também num tirânico, pontuando que os efeitos da tirania são externos e não afetam a mente.

⁹ (STARR, 1949, pp. 26-27).

Concordamos com Starr quando diz que em Epicteto “encontramos uma resposta completa que o indivíduo pode dar ao tirano” (STARR, 1949, p. 29). Mas mantemos em aberto em que medida essa desobediência interna é prática ou visível, deixando a resposta para esta questão para um trabalho posterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DINUCCI, Aldo. ‘Diatribes 5 e 6 de Musônio Rufo: sobre a relação entre teoria, hábito e exercício’. IN: Anais de filosofia clássica, v. 7, n. 14, 2012.
- DINUCCI, Aldo. ‘Fragmentos menores de Caio Musônio Rufo’. IN: Trans/form/ação, v. 35.3, 2012.
- DINUCCI, Aldo. TRADUÇÃO E COMENTÁRIO À DIATRIBE DE EPICETETO 1.2: COMO MANTER O CARÁTER PRÓPRIO EM TODAS AS OCASIÕES. Veredas da História, [online]. Ano V, Edição 2, 2012, p.197-208.
- EPICETETO. O Encheirídon de Epicteto. Trad. Aldo Dinucci; Alfredo Julien. São Cristóvão, EdiUFS, 2012.
- EPICETUS. The Discourses of Epictetus as reported by Arrian; Fragments; Encheiridion. Trad. Oldfather. Harvard: Loeb, 2000.
- LUTZ, Cora. Musonius Rufus: The Roman Socrates. London: Oxford University Press, 1947.
- KING, Cynthia. Musonius Rufus: Lectures and Sayings. William B. Irvine (ed.). Seattle:CreateSpace, 2011.
- STARR, JR., Chester G. Epictetus and the Tyrant. Classical Philology, Chicago, v. 44, n. 1, p. 20-29, jan. 1949.

ANEXO 1: “E como são por natureza? Como Deus as queira. – (18) Então somente eu serei decapitado agora? – E daí? Desejas que todos sejam decapitados para que te encorajes? (19) Não desejas estender o pescoço como Laterano em Roma, a quem Nero ordenou que fosse decapitado? Pois, estendendo o pescoço e sendo golpeado, e tendo sido o golpe mesmo fraco, retirou o pescoço por um instante e o estendeu de novo. Sim! (20) E antes disso, quando Epafrodito¹²⁹, liberto de Nero, aproximou-se de certo homem e o questionou quanto a uma ofensa, o homem lhe disse: “Se eu quiser, falarei com teu senhor”. (21) O que, pois, é preciso ter à mão¹³⁰ em tais situações? Que outra coisa senão o que é meu e o que não é meu? Sobre o que me é possível e o que não me é possível? (22) É preciso que eu morra. Mas também é preciso que eu morra gemendo? É preciso que eu seja aprisionado. Mas

também é preciso que eu seja aprisionado me lamentando? É preciso que eu seja exilado. Quem me impede de ser exilado rindo, com bom humor e sereno?” (1. 1 17-22)

ANEXO 2: “(28) Não foi por isso que Agripino disse que “Não serei entrave para mim mesmo”¹³⁸? “Estás sendo julgado no Senado, boa sorte!” – disseram-lhe. Era a quinta hora¹³⁹, momento em que ele costumava exercitar-se e depois tomar um banho frio: “Saíamos e nos exercitamos”. (30) Enquanto se exercitava, alguém, vindo a ele, disse-lhe: “Foste condenado!” “Ao exílio, indagou Agripino, ou à morte?” “Ao exílio.” “E as minhas posses?” “Não foram confiscadas.” “Vamos então para Arícia¹⁴⁰ e jantemos lá.” (1. 1. 28-30)

ANEXO 3: “(19) Prisco Helonídeo viu também essas coisas e, após considerá-las, agiu. Quando Vespasiano enviou-lhe um pedido para que ele não comparecesse ao Senado, Prisco respondeu: “Depende de ti não me permitir ser senador. Mas, na medida em que eu o for, é-me preciso comparecer”. – (20) Vai – disse Vespasiano – mas, comparecendo, fica em silêncio. – Não me interrogues e ficarei silêncio. – (21) Mas me é preciso interrogar-te. – E me é preciso dizer o que se me afigura justo. – Mas se falares, condenar-te-ei à morte”. – Quando eu te disse que sou imortal? Tu farás o que é tua e eu farei o que é minha. É tua condenar-me à morte. É minha (22) morrer sem tremer. É tua condenar-me ao exílio. É minha retirar-me sem me afligir.” (1.2.19-20)